

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS REPERCUSSÕES NO SETOR SUCROENERGÉTICO

Maria Daniela do Carmo Silva Freitas¹

Edjarlane Santos da Costa²

Lívia da Silva Ramos³

Nathalia Santos Vergetti Cardoso⁴

Maria Virgínia Borges Amaral⁵

RESUMO

A atual estrutura da sociedade capitalista, perpassada por mudanças na recomposição da produção e da economia no âmbito das estruturas políticas, decorrentes do processo de reestruturação, operam mudanças no âmbito do trabalho, visto que, novas formas de controle da força de trabalho são mediadas pelo capital com o intuito de fortalecer o processo de extração do lucro. Com isso, faz-se necessário conhecer o movimento do processo de reestruturação produtiva como resposta à crise econômica capitalista, para compreender, de fato, as suas interferências na sociedade vigente e no âmbito do trabalho.

Palavras-Chave: Reestruturação Produtiva – Trabalho - Capital

ABSTRACT

The current structure of capitalist society, pervaded by changes in the reorganization of production and economy within the political structures arising from the restructuring process, operates changes in the work, since new forms of control of the labor force are mediated by capital in order to strengthen the process of extracting profit. Therefore, it is necessary to know the movement of this restructuring process, to the capitalist economic crisis to actually understand their interference in society and in the current scope of work.

Key-Words: restructuring process – work – capital.

INTRODUÇÃO

As alterações no mundo do trabalho se estabelecem em momentos de crise do capital, onde torna-se necessária a reestruturação econômica do capital e a reorganização dos mercados para afirmação de um novo equilíbrio. Desta forma, novas estratégias são

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). danyelacarmo28@gmail.com

² Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

⁴ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

⁵ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). mvirginia39@gmail.com

utilizadas pelo capital, na busca constante do lucro. Então, na medida em que os processos de produção são modificados, o Estado também passa por um redirecionamento de sua intervenção, com o objetivo de reduzir o seu papel na área das políticas sociais.

Discutir as mudanças processadas no campo do trabalho nos remete a uma discussão no setor sucroenergético de Alagoas, pois novas requisições são colocadas aos trabalhadores tendo em vista o alcance de maior lucratividade. Apesar das inovações, tecnológicas ter reduzido os riscos ocupacionais, paralelo a isso, há uma intensificação do ritmo de trabalho, visto que estratégias são utilizadas para impulsionar o aumento da extração da mais-valia.

1 – O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS REBATIMENTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA.

Para responder a um consumo amplo e aumentar a produção em pouco tempo, os capitalistas em 1913 se apropriam do modelo de produção fordista – produção em série para consumo de massa – que apoiava-se em transformações na produção, ocasionando a fragmentação do trabalho, conseqüentemente, propiciando a desqualificação do trabalhador, pois o mesmo passava a executar somente movimentos repetitivos.

Nas décadas de 50 e 70 para responder a crise de superprodução foi sendo implantado, progressivamente, no Japão o modelo Toyotista de produção. Este método fundamenta-se na produção proporcional ao fluxo da demanda, com vários modelos em pequenas quantidades, evitando ao máximo o desperdício de tempo e flexibiliza a organização do trabalho. Os trabalhadores passam a serem subcontratados, com condições de trabalho cada vez mais precárias. Deste modo, foi possível a contratação de empresas terceirizadas, fragilizando a relação patrão/empregado, através da prestação de trabalho temporário, da ampliação das diversas formas de exploração do homem pelo homem e da precarização da força de trabalho.

A transição da rigidez à flexibilidade das relações econômicas foi possível devido ao esgotamento do padrão fordista de produção, para tentar superar a crise da superacumulação capitalista. Em síntese, se o modelo fordista de produção já era cruel com o trabalhador, o modelo Toyotista é acentuadamente mais desumano para com a classe trabalhadora, pois além da exploração da força de trabalho, houve barateamento da mão-de-obra, intensificação da jornada de trabalho e fragilidade na estabilidade empregatícia.



Com o processo de reestruturação produtiva, o então modelo taylorista/fordista da produção e consumo em massa, é substituído pelo padrão toyotista de acumulação flexível. Este novo cenário de reestruturação do capital opera mudanças no âmbito do trabalho, pois é exigido um novo perfil do trabalhador, que melhor se enquadre aos requisitos e objetivos da empresa para alcançar o aumento da produtividade, isto é, um trabalhador que seja polivalente, multifuncional e capacitado.

Como resultado das mudanças ocorridas no âmbito da produção, o Estado burguês por configurar-se como elemento histórico, essencial a sociedade capitalista sofre modificações. Com a quebra do consenso de classe firmado no Welfare State, o Estado passa por um considerável redimensionamento nas suas funções legitimadoras. Segundo Netto (1995, p. 99)

começa a ocorrer a retirada das coberturas sociais públicas e tem-se o corte nos direitos sociais[...] num processo de “ajuste” que visa a diminuir os ônus do capital no esquema geral de reprodução de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista)

A desregulamentação das funções do Estado recebe conformações no privatismo da ideologia neoliberal, “e a defesa do ‘Estado mínimo’ pretende fundamentalmente ‘Estado máximo para o capital’” (Netto, 1993 apud Netto 1996, p. 100).

Segundo Freire (2003), o processo de reestruturação produtiva consolidou-se no Brasil a partir do governo Collor, em 1989, sob o imperativo da competitividade provocada pelo mercado, imprimindo uma nova cultura de inspiração neoliberal sob o mundo do trabalho que procura flexibilizar as estratégias de produção, através de novas tecnologias, processos de trabalho, padrões de consumo, assim como, os direitos e as condições de trabalho e as obrigações do Estado com a sociedade.

O ideário neoliberal no Brasil é objetivado através das “reformas do Estado”, sendo necessário a criação do “terceiro setor”, ou seja, as “organizações sociais”, que passaram a receber atividades que o Estado não “podia” oferecer. Assim, o “terceiro setor” surge como um espaço privilegiado para a oferta de melhores serviços sociais, que antes eram dirigidos para o Estado fornecedor e regulador.

“[...] o governo “neoliberal” define sua estratégia de combate à crise de “governança”[...] Assim, no Brasil, entre a reforma administrativa, a reforma da Previdência e as privatizações desenvolve-se uma “publicização” fora do Estado, que exigiu a criação das “organizações sociais”, que passam a receber as atividades de que o Estado vai se desvencilhando”(MONTAÑO, 2002, p. 152).



Com isso, o “terceiro setor” que superficialmente aparece como um lócus de participação da sociedade representa em sua essência a fragmentação das políticas sociais e, por conseguinte, a redução das lutas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Desta forma, o que é tido como “terceiro setor”, está inserido e é resultado da reestruturação do capital, relacionado aos princípios neoliberais: um novo modelo de função social em resposta à “questão social”. Sendo assim, há uma parceria entre o Estado e instâncias privadas, onde o Estado é um verdadeiro auxiliador e promotor destas organizações e ações do chamado “terceiro setor” e da ilusão do seu serviço.

Em detrimento do surgimento do terceiro setor, aparecem os programas de Responsabilidade Social que caracterizam-se como ações sociais e que são desenvolvidos pelas empresas. Essas empresas para sobreviverem em um mercado cada vez mais competitivo, buscam notoriedade, através de mistificações como a empresa cidadã, mascarando sua real necessidade, o aumento do lucro.

Com as mudanças ocorridas, devido ao processo de reestruturação produtiva, novas exigências, também são postas pelo mercado as empresas. Assim, as empresas buscam por adquirir certificações que atestem sua boa prática empresarial. Entre as certificações encontradas nas Usinas Alagoanas pode-se enumerar: Selo Empresa Amiga da Criança – criado pela fundação Abrinq para empresas que não tenham mão-de-obra infantil e contribuam para a melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes; a ISO 14000 e a ISO 9000 que certificam empresas por sua capacidade gerencial (qualidade do processo de produção) e pelo respeito ao meio ambiente (ações ambientais).

2 - AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DA CANA.⁶

Os trabalhadores dos canaviais que desenvolvem tarefas manuais compõem a maior parte dos trabalhadores do setor sucroenergético alagoano, estes, desenvolvem atividades como o preparo do solo, o cultivo e, o corte da cana propriamente dito. Esses trabalhadores são peças fundamentais para que o setor sucroenergético alcance seu objetivo primário, a alta lucratividade, pois, tudo começa com produção da matéria-prima, e é somente através da força de trabalho sobreposta aos meios de produção, que é possível a transformação da

⁶ Os dados apresentados foram adquiridos através do projeto de pesquisa Direito Social, Responsabilidade Social e Serviço Social no Campo do Trabalho: O Serviço Social no Setor Sucroalcooleiro de Alagoas e Suas Interfaces com os Direitos dos Trabalhadores, coordenado pela Prof. Dra. Maria Virginia Borges Amaral da Faculdade de Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, com financiamento pelo CNPq durante o período de 2009 a 2011.



natureza em bens materiais. Segundo Netto, “a força de trabalho (vale dizer: a capacidade dos homens operarem os meios de produção) é a mais preciosa das forças produtivas [...]” (Netto, 2008, p. 58)

Os trabalhadores destinados ao corte da cana devem ser hábeis, ter bastante força física para produzir o máximo em poucas horas, quanto mais for produzido maior será a remuneração do operário (cortador de cana) essa é uma das estratégias utilizadas para o aumento da produção nas usinas. Determinando a remuneração de seus trabalhadores de acordo com a produtividade, as usinas condicionam toda a produção à força e habilidade do trabalhador e, principalmente a sua real necessidade de cortar mais, para ganhar mais, ocasionando excesso de trabalho e conseqüentemente a exaustão do trabalhador.

E a premente necessidade do trabalhador de ganhar mais? Essa não é efetivada no plano real. “O ganho do trabalhador durante a safra de cana deve ser suficiente para manter o seu sustento e o de sua família durante todo o ano, pois na entressafra há o risco de não ter trabalho, em função da falta de demanda de trabalhadores pelas usinas.” (Alves, 2006 p. 94). Os trabalhadores rurais possuem carteira assinada, sendo que, os cortadores de cana recebem por produção, de acordo com o grau de dificuldade do terreno (acidentadas e/ou planas); trabalhando oito horas diárias.

A explicitação acima retrata a exploração do capital presente na vida desses trabalhadores, que executam suas atividades o mais rápido possível para aumentar sua remuneração. E essa lógica do capital também leva-os ao alcance da meta imposta pela empresa, caso o contrário são descartados.

Segundo Marx, o trabalho no modo capitalista de produção, “não produz apenas mercadorias: produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens.” (Marx 2006 p. 159) Esse fato fica muito bem explicitado no universo do setor sucroenergético, onde o trabalhador rural é transformado em uma mercadoria do baixo valor possível, e seu único meio de subsistência, sua força de trabalho, é explorada ao máximo, ocasionando dessa forma, o desgaste físico e psicológico do trabalhador. Nessa perspectiva, o corte de cana é considerado um dos mais insalubres ofícios do meio rural.

Embora as inovações tecnológicas no setor sucroenergético tenham reduzido a exposição a alguns riscos ocupacionais do trabalhador, contribuído para tornar o trabalho menos insalubre e perigoso, constata-se que, paralelamente outros riscos foram gerados, bem como, o aumento exigido pela empresa da máxima produtividade por seus operários.



Entre os riscos à saúde dos trabalhadores levados pela mecanização ou próprios da característica laboral do cortador de cana estão compreendidos: os fatores de risco ocupacionais tradicionais – físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos – e os condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais responsáveis por situações de risco para a saúde e a vida.

O aumento da mecanização do setor sucroenergético é de fato, uma característica da reestruturação produtiva, em que o uso da tecnologia é utilizado para o aumento da produção e da lucratividade, impulsionando o aumento da extração da mais valia relativa. Segundo Netto, “o desenvolvimento das forças produtivas, potenciando a produtividade do trabalho, contribui para o aumento do tempo de trabalho excedente sem ampliação da jornada – e contribui, pois, para o acréscimo do excedente apropriado pelo capitalista” (Netto, 2008, p. 109). Fica claro, que obedecendo a lógica de acumulação capitalista, o incremento tecnológico adotado, na reestruturação produtiva, enriquecem apenas uma minoria, os proprietários das usinas, mantendo os trabalhadores na condição de miserabilidade, e uma exploração cada vez mais insustentável.

Ao universo dos fatores de risco presentes no trabalho se somam os decorrentes das más condições de vida: dificuldade de acesso à escola, habitação, saneamento básico, transporte, aos serviços de saúde e meios de comunicação que deveria ser de plena responsabilidade do Estado, para que o mínimo necessário à sobrevivência fosse garantido.

Essas mudanças nas formas de organização do trabalho vão repercutir, também, na atuação profissional do assistente social, pois, cada vez mais são feitas exigências aos profissionais com o objetivo de atender as finalidades da produtividade e do lucro nas empresas, a partir da introdução de altos padrões tecnológicos.

Conforme Mota e Amaral (1998, p.24)

A atual recomposição do ciclo de reprodução do capital, ao determinar um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, provoca impactos *nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho*, onde se inclui a experiência profissional dos assistentes sociais.

Desta forma, o Serviço Social na reestruturação produtiva permanece reconhecido como uma atividade auxiliar no controle da força de trabalho através dos serviços assistenciais nas empresas.

Com a reestruturação produtiva as requisições e exigências profissionais vêm se modificando. No caso de empresas que adotem programas de qualidade de vida como um



instrumento de gerenciamento da força de trabalho e envolvidas na prática de responsabilidade, o assistente social atua na implementação e desenvolvimento de um maior nível de interação, equilíbrio e satisfação dos trabalhadores, resultando posteriormente numa maior produtividade e um aumento de qualidade, para atingir as normas e metas estabelecidas pela empresa. Desta forma, os assistentes sociais são profissionais capacitados que estabelecem mediações entre os empresários e seus funcionários, atendendo os interesses e objetivos dos usineiros e as necessidades básicas dos trabalhadores.

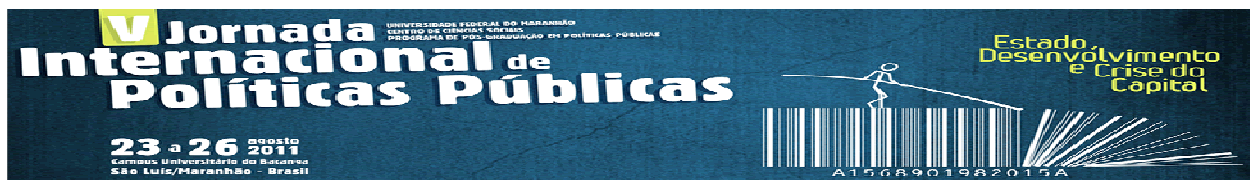
Ao executar uma ação educativa considerada às estratégias da empresa como fundamental ao exercício controlador do capital, os assistentes sociais, assim como outros profissionais, se encontram cada vez mais requisitados para atender as exigências do novo padrão de trabalho do sistema capitalista. Visto que o capital humano é tão importante quanto o capital financeiro dentro das empresas, torna-se indispensável que as relações humanas sejam a toda hora trabalhadas dentro das instituições, função que o setor de RH busca conquistar. Assim, verificou-se que o Assistente Social do setor sucroenergético de Alagoas atua basicamente em três setores: o Setor de Recursos Humanos (RH), o Ambulatório (Posto de Saúde) e o setor de Serviço Social (SSO).

CONCLUSÃO

O processo de reestruturação produtiva continua até hoje, em decorrência das exigências do mercado externo. Então, frente à realidade globalizada do mundo atual, onde o processo de mudança, cada vez mais desenvolvido, cobra do homem flexibilidade para se adequar ao novo contexto, assim como a tomar iniciativas rápidas e inovadoras como modo de aperfeiçoar o desenvolvimento comum à humanidade. Ao mesmo tempo, esse processo, acaba robotizando o ser humano, tornando-o as relações interpessoais fria e voltada para a competição.

Contudo, com a reestruturação do capital, novas competências e exigências são postas aos profissionais das demais áreas trabalhistas, onde são exigidos conhecimento, experiência e práticas cada vez mais avançadas, entretanto, essa qualificação não garante uma vaga no mercado de trabalho, assim como a remuneração não é proporcional a sua qualificação.

A introdução do Serviço Social nesse contexto capitalista permeado de conflitos, lutas, jogos de poder, coloca-se para a prática dos assistentes sociais, um desafio contínuo, à medida que esses são contratados pelas empresas para garantir objetivos corporativos de



qualidade e produtividade através de estratégias e promoção da adesão do trabalhador as novas necessidades das empresas.

Portanto, as usinas fazem parte deste conjunto de empresas, que passaram a assumir atividades que até determinado tempo pertencia sobre a responsabilidade do Estado. Desta forma, com a desresponsabilização do Estado e o aumento da competitividade do mercado, as usinas passaram a desenvolver projetos sociais, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores, com o interesse da maior produtividade.

REFERÊNCIAS

Behring, Elaine Rossetti, Boschetti, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e história*. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009

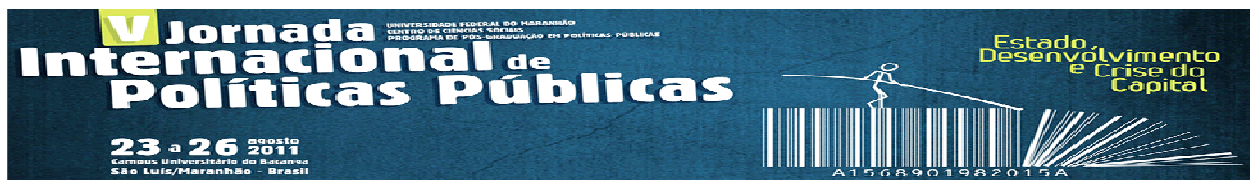
FREIRE, Lúcia M. B. *O Serviço Social na Reestruturação Produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. Traduzido por Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. Traduzido por Alex Marins. São Paulo: Martin Claret Ltda, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. *Reestruturação do capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social: A nova fábrica de Consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.



NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, 1996. n. 50.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008

CARDOSO, Nathalia Santos Vergetti. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFAL/FAPEAL**. Relatório Final (bolsista) – 2009-2010.

RAMOS;Lívia.da Silva.**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UFAL/FAPEAL**.Relatório Parcial (bolsista) -2010 - 2011.

ALVES, Francisco. Porque morrem os cortadores de cana. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf> acesso em 16.04.2011

DIAS, Elizabeth Costa. **Condições de vida, trabalho, saúde e doença dos trabalhadores rurais no Brasil**. Disponível em:www.medicina.ufmg.br/dmps/2006/saude. Acesso: 05 de Agosto de 2010.